


05/07/23

Procedimento por Concurso Público Internacional n.º 22/DRP/2023

“REEQUIPAMENTO DO ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DO FUNCHAL”

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 – Entidade adjudicante
- 2 – Objeto

CAPÍTULO II – DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 3 – Documentos que constituem a proposta
- 4 – Modo de apresentação das propostas
- 5 – Critério de adjudicação
- 6 – Preço anormalmente baixo
- 7 – Prazo de manutenção das propostas

CAPÍTULO III – DO ADJUDICIATÁRIO

- 8 - Documentos de habilitação, prazo para a sua apresentação e supressão de irregularidades
- 9 – Modo de apresentação da caução
- 10 – Agrupamento adjudicatário
- 11 – Redução de contrato a escrito
- 12 – Contrato
- 13 – Despesas e encargos

PARTE II – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14 – Modelo de avaliação das propostas

ANEXOS

- ANEXO II-M
- ANEXO III
- ANEXO IV – Lista de Quantidades e Preços, por Lote
- ANEXO V - Modelo de garantia bancária
- ANEXO VI - Modelo de seguro-caução à primeira solicitação
- ANEXO VII – Modelo de guia de depósito

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira (RAM), através da Secretaria Regional de Mar e Pescas (SRMar) – Direção Regional de Pescas (DRP), sita na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, 23, 1.º direito, 9000-054 Funchal, telefone 291203200, com o endereço eletrónico gabinete.srmar@madeira.gov.pt e plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do endereço www.acingov.pt.
2. O órgão competente para a decisão de contratar é o Secretário Regional de Mar e Pescas, no âmbito da competência própria conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023.
3. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
4. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do Concurso, serão prestados nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo Júri do procedimento.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e das propostas:
 - a) O serviço deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Cláusula 2.ª

Objeto

1. O presente procedimento visa o reequipamento do Entrepasto Frigorífico do Funchal (EFF), de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. O objeto referido no n.º 1 da presente cláusula insere-se na categoria e está descrito com os n.ºs 42415110-2 – Empilhadores; e 42414000-1 - Gruas, pórticos móveis e carros-guindaste; na classificação prevista no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28

de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu, de 5 de novembro de 2002.

CAPÍTULO II

DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula 3.ª

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta a apresentar pelo concorrente terá que integrar os seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar. Assim, a proposta a apresentar deve especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os atributos constantes da tabela (**Anexo IV – Lista de Quantidades e Preços, por Lote**), junta a este programa de procedimento e que dele faz parte integrante para os devidos efeitos legais, a qual deve ser preenchida pelo concorrente.
 - c) Documentos que contenham os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
 - d) Declaração relativa à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento.
2. Tratando-se de uma proposta com preço anormalmente baixo, conforme previsto na Cláusula 6.ª do presente Programa de Procedimento, o concorrente, mediante solicitação prévia do júri, terá que prestar os esclarecimentos por escrito e em prazo adequado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 71.º do CCP.
3. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
5. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. A não apresentação de documento comprovativo, constitui motivo de exclusão da proposta, nos termos conjugados da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º, do n.º 4 do artigo 132.º, caso não se verifique o suprimento nos termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Modo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica indicada na Cláusula 1ª do presente Programa de Procedimento, até às 17:00 do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, própria ou dos representantes legais.
4. A aposição da assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou em cada um dos ficheiros eletrónicos da proposta, em momento prévio ao do seu carregamento na plataforma eletrónica, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, na sua atual redação, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).
6. Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles.
7. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.
8. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.
9. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
10. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

Cláusula 5.ª

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o do valor, na modalidade de avaliação Monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, atendendo ao preço mais baixo apresentado, para cada Lote, na tabela a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Programa de Procedimento.
2. Caso se verifique uma situação de empate entre duas ou mais propostas, após a aplicação do critério de adjudicação estabelecido no número anterior, proceder-se-á ao desempate por aplicação de sorteio a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados, nos termos que se seguem:
 - a) A data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
 - b) Ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
 - c) O júri escreve o nome de cada concorrente cuja proposta tenha ficado empatada num papel, que é dobrado e inserido num saco opaco;
 - d) O júri procede, então, à extração dos papéis;
 - e) A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração, sendo adjudicada a proposta sorteada em primeiro lugar.

Cláusula 6.ª

Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total (sem IVA), resultante da proposta apresentada, é anormalmente baixo quando seja 50% inferior ao preço base, estabelecido no n.º 2 da referida Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, valor este correspondente à média ponderada, em sede de consulta preliminar ao mercado, passível de enquadrar as especificações técnicas consideradas pela entidade adjudicatária como indispensáveis para a aquisição do objeto ora em apreço, tendo em consideração as necessidades que visa colmatar, nos termos do artigo 71.º do CCP.

Cláusula 7.ª

Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias a contar do termo do prazo para a apresentação das mesmas.

CAPÍTULO III DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 8.ª

Documentos de habilitação, prazo para a sua apresentação e supressão de irregularidades

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II-M** ao presente programa (Anexo II-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual);
 - b) Cópia de certidão de conservatória do Registo Comercial da empresa, ou, em alternativa, Certidão Permanente da empresa;
 - c) Cópia de certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Cópia de certificado de registo criminal da empresa;
 - e) Cópia de certidão comprovativa de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas para com a Segurança Social ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - f) Cópia de certidão comprovativa de que a empresa se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
 - g) Os seguintes documentos comprovativos de cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, em relação ao último exercício económico, e quando legalmente exigível,
 - i. Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - ii. Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
2. O adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar, em substituição dos documentos exigidos na **alínea g)** do número anterior, **declaração sob compromisso de honra**, subscrita por quem os obriga, referindo que não preenche os pressupostos de incidência.

3. A documentação referida no n.º 1 da presente cláusula deve ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário.
4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso da mesma se encontrar indisponível, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nos números anteriores.
7. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aquelas podem ser consultadas, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.
9. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de cinco dias para a respetiva supressão, sob pena de caducidade da adjudicação ao abrigo do artigo 86.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Modo de prestação da caução

A caução exigida ao abrigo da Cláusula 22.ª do Caderno de Encargos deverá ser prestada mediante o preenchimento de um dos modelos constantes dos anexos V, VI ou VII ao presente Programa de Procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 90.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Agrupamento adjudicatário

1. Ao presente concurso público poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária ou em Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Cláusula 11.ª

Redução do contrato a escrito

Será celebrado contrato escrito, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º e do artigo 94.º, ambos do CCP, compaginados com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 12.ª

Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentação de todos os documentos de habilitação;
 - b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, se aplicável.
2. O adjudicatário deve fornecer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da receção da notificação da adjudicação, a identificação completa [fotocópias simples de B.I. ou C.C., de cartão com número de identificação fiscal] e indicação de residência da(s) pessoa(s) que assinarão o contrato, com junção de documentos que atribuem poderes para o efeito.

Cláusula 13.ª

Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à redução a escrito do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

PARTE II

MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Cláusula 14.ª

Modelo de avaliação das propostas

1. O critério de adjudicação é o do valor, na modalidade de avaliação Monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, atendendo à ao preenchimento da tabela a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Programa de Procedimento.

ANEXOS

ANEXO II-M

Modelo de declaração

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

... (local),... (data),... [assinatura].

ANEXO III

Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada e os representantes legais prestam consentimento para que os dados pessoais da pessoa coletiva e das pessoas singulares que a vinculam, sejam objeto de tratamento única e exclusivamente para efeitos de pedidos de esclarecimentos, apresentação de listas de erros e omissões, apresentação de propostas, elaboração de relatórios preliminares e finais, audiência prévia, notificação da adjudicação, notificação da apresentação dos documentos de habilitação, celebração de contrato, publicitação de contrato no portal dos contratos públicos, impugnações administrativas e judiciais e ainda que estes possam estar acessíveis, por determinação de entidade administrativa ou judicial para efeitos de auditoria e arquivo durante o período de 10 anos.

... (local),... (data),... [assinatura].

ANEXO IV

Lista de quantidades e preços, por lote

EQUIPAMENTOS A FORNECER			PROPOSTA DE PREÇO			
Lotes	Designação	Quantidade	Preço s/ IVA (algarismos)	Preço s/ IVA (por extenso)	Taxa de IVA aplicável	Preço com IVA
N.º 1	Empilhadores elétricos equipados com bateria e carregador.	2 (dois)	€	Preço por extenso...	...%	€
N.º 2	Gruas móveis.	2 (duas)	€	Preço por extenso...	...%	€

Os arredondamentos, se aplicáveis, serão feitos à segunda casa decimal, sob pena de exclusão da proposta.
Caso algum ou todos os artigos estejam isentos de IVA, deve ser feita referência e esse facto.

ANEXO V

Modelo de garantia bancária

[A que se refere a Cláusula 9.ª deste Programa de Procedimento]

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto (designação da prestação de serviços), regulado nos termos da legislação aplicável (CCP). O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato. O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este. A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (CCP).

Data.....

Assinaturas (com reconhecimento).....

ANEXO VI

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

[A que se refere a Cláusula 9.ª deste Programa de Procedimento]

A companhia de seguros....., com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de (Entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (Entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto (designação da prestação de serviços), regulado nos termos da legislação aplicável (CCP). A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da (Entidade Adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato. A companhia de seguros não pode opor à (Entidade Adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (CCP).

Data.....

Assinaturas (com reconhecimento).....

ANEXO VII

Modelo de guia de depósito

[A que se refere a Cláusula 9.ª deste Programa de Procedimento]

Euros:

Vai, residente (ou com sede) em, na
....., depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da
..... (Instituição) a quantia de (por extenso)
..... (em euros ou representada por)
..... como caução exigida para a prestação de
serviços de, para os efeitos do n.º 2 do artigo 90.º do CCP.

Este depósito fica à ordem de
(entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinaturas,.....